Destaques Legislativos

Quarta-feira | 24.02.2021

Agência Câmara

Lira e Pacheco recebem de Bolsonaro MP que autoriza privatização da Eletrobras

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, receberam das mãos do presidente da República, Jair Bolsonaro, o texto da Medida Provisória (MP) que trata da capitalização da Eletrobras. A proposta autoriza a privatização da estatal.

Comissão de Orçamento define os 16 relatores setoriais da despesa

A presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputada Flávia Arruda (PL-DF), e as lideranças partidárias definiram nesta terça-feira (23) os nomes para as 16 relatorias setoriais da despesa na proposta orçamentária para 2021.

Câmara aprova MP que facilita compra de vacinas contra Covid-19

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (23) a Medida Provisória 1026/21, que facilita a compra de vacinas, insumos e serviços necessários à vacinação contra a Covid-19, com dispensa de licitação e regras mais flexíveis para os contratos. A MP será enviada ao Senado.

Agência Senado

Pauta do Plenário inclui marco das startups e regras para compra de vacinas

Originalmente prevista para esta terça-feira (23), a votação do marco legal das startups foi adiada para esta quarta-feira(24) para permitir melhor exame do relatório e suas emendas. O marco legal estabelecido no PLP 146/2019 cria medidas de estímulo à captação de recursos por empresas jovens que investem em inovação. Entre outros pontos, regulamenta a atuação do investidor-anjo, que receberá uma remuneração pelo dinheiro que aplicou na empresa, mas não será considerado sócio e não terá poder de decisão ou responderá pelas obrigações e dívidas do negócio.

Outro projeto sobre o tema, o PL 5.306/2020, também teve sua votação adiada para quarta-feira. O texto inclui as startups no rol de beneficiários dos fundos constitucionais, com prioridade para receber linhas de créditos especiais.

E, após acordo em Plenário, foi deslocada de terça-feira para quarta-feira a votação do projeto (PL 3.477/2020) que prevê repasse de R$ 3,5 bilhões da União para estados, Distrito Federal e municípios para garantir serviços de internet de qualidade a estudantes da escola pública.

Projeto que prorroga deduções do IR por doações a programas de saúde vai à Câmara

O Senado aprovou nesta terça-feira (23) o PL 5.307/2020, projeto de lei que prorroga, até o ano-calendário de 2025, a possibilidade de deduzir do Imposto de Renda doações ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD). No caso das pessoas jurídicas, o texto estabelece que essas deduções poderão ser feitas até o ano-calendário de 2026. Esse projeto será analisado agora pela Câmara dos Deputados. Além disso, foi adiada para quarta-feira (24) a votação de dois projetos relacionados às startups.

Senado adia redação final da nova Lei de Licitações

O Plenário do Senado adiou nesta terça-feira (23) a votação da redação final do projeto da nova Lei de Licitações (PL 4.253/2020). Este é o último passo antes do envio do projeto para sanção presidencial. Ele deve voltar à pauta na próxima semana.

O projeto foi aprovado no fim do ano passado, na forma de um substitutivo que saiu da Câmara dos Deputados (o texto original havia partido do Senado em 2013). A nova lei deve substituir a atual Lei das Licitações (Lei 8.666, de 1993), a Lei do Pregão (Lei 10.520, de 2002) e o Regime Diferenciado de Contratações (Lei 12.462, de 2011), modificando as normas referentes aos sistemas de contratação da administração pública.